

## O arco teleológico da ética da desinformação: dos pomadistas de Machado de Assis aos negacionistas da pandemia

The teleological arc of disinformation ethics: from the pomadistas of Machado de Assis to the deniers of the pandemic

El arco teleológico de la ética de la desinformación: de los pomadistas de Machado de Assis a los negacionistas de la pandemia

Arthur Coelho Bezerra<sup>1,a</sup>

[arthurbezerra@ibict.br](mailto:arthurbezerra@ibict.br) | <https://orcid.org/0000-0001-5445-6263>

Marco Schneider<sup>1,2,b</sup>

[marcoschneider@ibict.br](mailto:marcoschneider@ibict.br) | <https://orcid.org/0000-0001-5053-9491>

Rafael Capurro<sup>3,c</sup>

[rafael@capurro.de](mailto:rafael@capurro.de) | <https://orcid.org/0000-0002-3839-4637>

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Coordenação de Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil

<sup>3</sup> International Center for Information Ethics. Karlsruhe, Alemanha.

<sup>a</sup> Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>b</sup> Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo.

<sup>c</sup> Doutorado em Filosofia pela Heinrich Heine Universität Düsseldorf, Alemanha.

### RESUMO

O artigo analisa distintas finalidades de práticas desinformacionais, notadamente no campo da saúde pública. O método contempla análise bibliográfica comparada multidisciplinar nas dobras da filosofia e da ciência da informação, tendo como principais objetos de investigação um documento literário de Machado de Assis, de 1822, e um documento governamental da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, de 2021. O intuito é comparar a ética que orienta as ações ficcionais dos charlatões do conto machadiano (os “pomadistas”) e as práticas de desinformação em saúde apontadas pela CPI em pauta. O resultado da análise revela a amplitude do fenômeno da desinformação e seus resultados, em um arco que pode se estender da proteção à vida até a condução à morte. Conclui-se que a desinformação precisa ser discutida com responsabilidade para evitar representações irrefletidas ou moralistas, e os estudos baseados na ética da informação podem contribuir para o aprofundamento filosófico e a avaliação crítica do fenômeno.

**Palavras-chave:** Ética da informação; Desinformação; Pandemia; Covid-19; Saúde pública.

### ABSTRACT

The article analyzes different purposes of disinformation practices, notably in the field of public health. The method includes a multidisciplinary comparative bibliographic analysis, in the interface of philosophy and information science, having as main objects of investigation a literary document by Machado de Assis, published in 1822, and a government document made available for the public by the Parliamentary

Commission of Inquiry on the Pandemic, in 2021. The aim is to compare the ethics that guide the fictional actions of the charlatans of the Machadian tale (the “pomadistas”) and the practices of disinformation in public health, as pointed out by the CPI. The result of the analysis reveals the scope of the phenomenon of disinformation and its results, in an arc that can go from the life protection until driving to death. It is concluded that disinformation needs to be discussed responsibly to avoid thoughtless or moralistic representations, and the studies based on information ethics can contribute to the philosophical deepening and critical evaluation of the phenomenon.

**Keywords:** Information ethics; Disinformation; Pandemic; Covid-19; Public health.

## RESUMEN

El artículo analiza diferentes propósitos de las prácticas de desinformación, especialmente en el campo de la salud pública. El método incluye un análisis bibliográfico comparativo multidisciplinario, en la interfaz de la filosofía y las ciencias de la información, teniendo como principales objetos de investigación un documento literario de Machado de Assis, de 1822, y un documento gubernamental de la Comisión Parlamentaria de Investigación sobre la Pandemia, de 2021. El objetivo es comparar la ética que guía la acción ficcional de los charlatanes del cuento de Machado de Assis (los “pomadistas”) y las prácticas de desinformación en salud, señaladas por la CPI. El resultado del análisis revela la amplitud del fenómeno de la desinformación y sus resultados, en un arco que puede ir desde la protección a la vida hasta la conducción a la muerte. Se concluye que la desinformación necesita ser discutida con responsabilidad para evitar representaciones irreflexivas o moralistas, y los estudios basados en la ética de la información pueden contribuir para la profundización filosófica y la evaluación crítica del fenómeno.

**Palabras-clave:** Ética de la información; Desinformación; Pandemia; Covid-19; Salud pública.

---

## INFORMAÇÕES DO ARTIGO

**Este artigo compõe o dossiê Perspectivas multidisciplinares sobre desinformação em ciência e saúde.**

### Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Arthur Coelho Bezerra.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Arthur Coelho Bezerra, Marco Schnedier e Rafael Capurro.

Redação do manuscrito: Arthur Coelho Bezerra, Marco Schnedier e Rafael Capurro.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Arthur Coelho Bezerra, Marco Schnedier e Rafael Capurro.

**Declaração de conflito de interesses:** não há.

**Fontes de financiamento:** Bolsas de produtividade do CNPq (PQ2) e da Faperj (Jovem Cientista e Cientista do Nosso Estado)

**Considerações éticas:** não há.

**Agradecimentos/Contribuições adicionais:** não há.

**Histórico do artigo:** submetido: 14 mar. 2022 | aceito: 02 jun. 2022 | publicado: 30 jun. 2022.

**Apresentação anterior:** não há.

**Licença CC BY-NC atribuição não comercial.** Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

## INTRODUÇÃO

*Pra que ligar a quem não sabe aonde tem o seu nariz  
Quem é você, que não sabe o que diz?*  
(Noel Rosa)

Para além de seus atributos estéticos, a literatura não científica – notadamente aquela produzida por romancistas, poetas, teatrólogos, contistas e demais ourives das palavras em sentido amplo – tem o condão de instigar o pensamento e a reflexão de pesquisadores e pesquisadoras em torno de temas caros à filosofia e à ciência. Da mitologia grega ou ameríndia ao romance medieval ou moderno, passando pelas peças de Shakespeare, pelos poemas de Goethe e Camões ou pelas narrativas de Cervantes, Dostoievski e Kafka, é vasta a inspiração que a ficção empresta aos mais diversos matizes do campo científico, como qualquer pesquisa em repositórios de publicações acadêmicas pode atestar.

Na América Latina, o realismo mágico (ou fantástico) que aflora nas décadas de 1960 e 1970 é um manancial de ideias para o exercício da criatividade sociológica e filosófica, instigada pelas obras de autores como o colombiano Gabriel García Márquez, o guatemalteco Miguel Ángel Asturias, o mexicano Juan Rulfo, o argentino Julio Cortázar e o peruano Manuel Scorza. Embora se trate de um estilo literário caracterizado por uma rejeição à racionalidade formal, a realidade fantástica que emerge nos contos e livros dos escritores citados encontra-se, muitas vezes, atrelada a contextos sociopolíticos e étnico-raciais como uma espécie de alegoria – no sentido de Benjamin (1984) – da condição latino-americana, expondo a opressão do colonialismo e o peso do capital estrangeiro sobre os ombros das classes trabalhadoras.

No Brasil, o que tivemos de mais próximo ao realismo mágico se encontra nos trabalhos de Murilo Rubião, autor do século XX<sup>1</sup>; não obstante, décadas antes, o romancista, poeta, contista, cronista, jornalista, dramaturgo e crítico literário Machado de Assis já havia direcionado sua pena a serviço de semelhantes contornos. O romance Memórias póstumas de Brás Cubas, de 1881, inaugura o realismo machadiano por meio das tintas críticas com que o escritor carioca pinta a hipocrisia e o egoísmo da elite brasileira. No ano seguinte, a coletânea de contos Papéis avulsos é lançada e reforça a vocação de Machado para, através da ficção, impingir – como já havia feito no livro anterior – uma representação irônica e mordaz dos valores que conformam a ética dos salões nobres das sociedades burguesas, particularmente aquelas que habitavam a então capital do Brasil Império de fins do século XIX.

Embora sejam muitos os exemplos de personagens e situações descritas na obra machadiana que atestam tal afirmação (como os contos O Espelho e Teoria do medalhão, do mesmo livro), para os propósitos deste artigo nos concentraremos naqueles e naquelas que o autor apresenta em O segredo do Bonzo, o sexto conto do livro, originalmente publicado no jornal Gazeta de Notícias em 30 de abril de 1882. O motivo da escolha nos é apresentado pelo próprio Machado em nota: “o bonzo do meu escrito chama-se Pomada, e pomadistas os seus sectários. ‘Pomada e pomadista’ são locuções familiares da nossa terra: é o nome local do charlatão e do charlatanismo” (ASSIS, 2011, p. 248, grifos do autor).

A análise das práticas dos “pomadistas” machadianos é o ponto de partida do percurso metodológico deste artigo, que tem como objetivo discutir, em perspectiva multidisciplinar, nas dobras da filosofia e da ciência da informação, o arco teleológico do que iremos chamar de ética da “desinformação” – esta entendida aqui como o ato deliberado, intencional de desinformar (BRISOLA; BEZERRA, 2018). Já o uso do predicado “teleológico” refere-se à ética clássica de Aristóteles (1984), de base finalista, que atribui virtude

---

1 Também podemos verificar traços do estilo em obras de Érico Veríssimo (Incidente em Antares, de 1971), Jorge Amado (Dona Flor e seus dois maridos, de 1966) e de Mario de Andrade (Macunaíma, de 1928), dentre outros autores.

à ação a partir da orientação ao bem comum de seu *telos*, ou seja, dos seus resultados, consequências, produtos, pontos de chegada. Isso quer dizer, em outras palavras, que nosso interesse está voltado para investigar diferentes ‘finalidades’ que as diversas práticas de desinformação podem ensejar, a partir dos possíveis ‘resultados’ que estas produzem na realidade social.

De modo a ilustrar a variedade dos resultados produzidos pelo fenômeno da desinformação sobre o qual nos debruçamos, iremos avançar em nosso método analisando as ações de uma distinta seita de pomadistas contemporâneos da vida real: os negacionistas da pandemia de coronavírus (covid-19), que encarnam uma de suas faces mais draconianas no charlatanismo praticado por um grupo de médicos da empresa Prevent Senior às custas da saúde de seus clientes, conforme descrito no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, documento produzido pelo Senado Federal do Brasil ao fim dos trabalhos da CPI em 2021 (BRASIL, 2021).

A contraposição entre ficção e realidade, conforme concluímos ao cabo de nossa investigação, contribui para o exercício de um escrutínio analítico pormenorizado das questões éticas que se desvelam em torno do fenômeno da desinformação (BRISOLA; BEZERRA, 2018; FROEHLICH, 2019; 2020; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), que tem ganhado destaque na agenda política mundial e gerado discussões no campo dos estudos da informação e em diversas searas acadêmicas – o dossiê Perspectivas multidisciplinares sobre desinformação em ciência e saúde, que traz o presente artigo, é um dos diversos exemplos recentes de coletâneas de artigos científicos sobre o tema que podem ser encontradas na internet.

Ao apresentar a leitoras e leitores diferentes finalidades que podem ser observadas no amplo espectro das práticas desinformacionais, de forma a poder vislumbrar o arco teleológico da ética da desinformação, buscamos nos afastar das armadilhas que uma visão moralista e irrefletida do tema possa adquirir, tendo em vista a atenção arrebanhada pelo fenômeno da desinformação a partir do desenvolvimento da comunicação mediada por aparelhos digitais portáteis e, a reboque, das novas possibilidades de manipulação customizada que as atuais práticas de vigilância e monitoramento de dados pessoais digitais permitem (BEZERRA, 2015; ZUBOFF, 2020). O ponto de chegada é a exploração da riqueza conceitual desse campo semântico, repleto de sutilezas e ambiguidades, mas nem por isso borrado a tal ponto de os polos poderem ser simplesmente trocados sem maiores consequências.

## OS POMADISTAS MACHADIANOS

É da literatura brasileira que extraímos o documento cuja análise irá provocar nossas reflexões iniciais, admitindo que a diversidade de tipos de fontes documentais é bem-vinda à pesquisa multidisciplinar. O conto *O segredo do Bonzo*, de Machado de Assis (2011), ambientado no ficcional reino de Bungo, no século XVI, é – como comumente o são os textos do escritor – muito inteligente, engraçado e, em certo sentido, atual, ao explorar, em poucas páginas, cinco farsas, trapaças, tramoias ou engodos, os quatro primeiros inofensivos (do ponto de vista de seus resultados para a sociedade) e o último do tipo benéfico. Todas as farsas são conduzidas em cumprimento a “uma nova doutrina, dizem que inventada por um grande bonzo de muito saber [...], por nome Pomada, um ancião de cento e oito anos, muito lido e sabido nas letras divinas e humanas” (ASSIS, 2011, p. 162-163). A nova doutrina teria sido forjada por Pomada após o velho sábio constatar que “a virtude e o saber têm duas existências paralelas, uma no sujeito que as possui, outra no espírito dos que o ouvem ou contemplam”, e que “não há espetáculo sem espectador” (ASSIS, 2011, p. 163). É daí que Pomada ajuíza:

[...] para o fim de alumiar um pouco o entendimento, tinha consumido os meus longos anos, e, aliás, nada chegaria a valer sem a existência de outros homens que me vissem e honrassem; então cogitei se não haveria um modo de obter o mesmo efeito, poupando tais

trabalhos, e esse dia posso agora dizer que foi o da regeneração dos homens, pois me deu a doutrina salvadora. (ASSIS, 2011, p. 163)

Do juízo a princípio razoável, desencantado e maroto, desdobra-se a conclusão perigosa: “se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente” (ASSIS, 2011, p. 163). A suposta justeza da conclusão é fundamentada pelo exemplo do sucesso de Patimau e Languru, os dois primeiros seguidores de Pomada que aparecem no texto, aquele afirmando conhecer a origem dos grilos, conhecimento que seria “fruto de dilatados anos de aplicação, experiência e estudo, trabalhos e até perigo de vida”, e o outro garantindo, “com grande admiração e aplauso da gente que o cercava, que enfim descobrira o princípio da vida futura” (ASSIS, 2011, p. 161). Nas palavras do bonzo Pomada:

[...] os grilos não podem nascer do ar e das folhas de coqueiro, na conjunção da lua nova, e, por outro lado, o princípio da vida futura não está em uma certa gota de sangue de vaca; mas Patimau e Languru, varões astutos, com tal arte souberam meter estas duas ideias no ânimo da multidão, que hoje desfrutam a nomeada de grandes físicos e maiores filósofos, e têm consigo pessoas capazes de dar a vida por eles (ASSIS, 2011, p. 164).

Após ouvir o velho sábio, durante sua doutrinação e conversão ao “pomadismo”, juntamente com o alparqueiro Titané e o médico Diego Meireles, o narrador da história conta que o bonzo “interrogou-nos ainda algum tempo, compridamente, acerca da doutrina e dos fundamentos dela, e depois de reconhecer que a entendíamos, incitou-nos a praticá-la, a divulgá-la cautelosamente” (ASSIS, 2011, p. 164). Titané então imprime seus novos conhecimentos sobre o charlatanismo pomadista no jornal local – descrito por Machado como “um papel feito de casca de canela moída e goma, obra mui prima, [em] que eles talham [...] as notícias da semana, políticas, religiosas, mercantis e outras” (ASSIS, 2011, p. 165) – para incutir na opinião pública uma supervalorização de suas alparcas, “as primeiras do mundo, por serem mui sólidas e graciosas”, despertando “curiosidade e ardor” na população local e levando-a a adquirir seus calçados “pelo preço que lhes taxo” (ASSIS, 2011, p. 166). Já o narrador, um mediano tocador de charamela, congrega os habitantes da cidade para ouvi-lo tanger o tal instrumento de sopro e, como o próprio narra, “com o só recurso dos ademanos, da graça em arquear os braços para tomar a charamela [...], da rigidez do busto, da unção com que alcei os olhos ao ar, e do desdém e ufanía com que os baixei à mesma assembleia”, consegue fazer romper na plateia “um tal concerto de vozes e exclamações de entusiasmo, que quase me persuadiu do meu merecimento” (ASSIS, 2011, p. 167).

Até aqui relatamos quatro práticas desinformacionais distintas. Na explicação sobre a origem dos grilos, de Patimau, e da gota do sangue da vaca para a vida eterna, de Languru, temos retratados malandros tradicionais, que se sugere que tenham existido entre todos os povos e épocas, relativamente inofensivos, cascadeiros inventando lorotas em busca de dinheiro, banquetes e apupos. Já Titané, o alparqueiro, antecipa a indústria publicitária do setor de calçados, mas ainda num esquema artesanal, sem explorar trabalho semiescravo de jovens na Indonésia, como a Nike já foi acusada de fazer – lembrando que a maior parte do preço de cada par de tênis advém do custo com a publicidade, além da margem de lucro, sendo os custos de produção, envolvendo salários, insignificantes (DOWBOR, 2000, p. 50-51). Finalmente, o narrador, tocador de charamela, antecipa o setor musical da indústria cultural, no qual a imagem espetacular vale tanto ou mais que a música. Mas ainda não temos o imperialismo cultural anglo-saxão nem a ampla promoção de artistas em rádios e TVs mediante pagamento secreto aos veículos de mídia (comumente chamada de indústria do jabá) em ação, moldando gostos e visões de mundo.

A surpresa está na última das práticas desinformacionais do conto machadiano, “a mais engenhosa de todas as nossas experiências” (ASSIS, 2011, p. 167), protagonizada pelo médico Diogo Meireles. Para os objetivos deste artigo, o caso, descrito nos dois últimos parágrafos do texto, merece ser acompanhado na íntegra:

Lavrava então na cidade uma singular doença, que consistia em fazer inchar os narizes, tanto e tanto, que tomavam metade e mais da cara ao paciente, e não só a punham horrenda, senão que era molesto carregar tamanho peso. Conquanto os físicos da terra propusessem extrair os narizes inchados, para alívio e melhoria dos enfermos, nenhum destes consentia em prestar-se ao curativo, preferindo o excesso à lacuna, e tendo por mais aborrecível que nenhuma outra coisa a ausência daquele órgão. Neste apertado lance, mais de um recorria à morte voluntária, como um remédio, e a tristeza era muita em toda a cidade Fuchéu. Diogo Meireles, que desde algum tempo praticava a medicina, segundo ficou dito atrás, estudou a moléstia e reconheceu que não havia perigo em desnarigar os doentes, antes era vantajoso por lhes levar o mal, sem trazer fealdade, pois tanto valia um nariz disforme e pesado como nenhum; não alcançou, todavia, persuadir os infelizes ao sacrifício. Então ocorreu-lhe uma graciosa invenção. Assim foi que, reunindo muitos físicos, filósofos, bonzos, autoridades e povo, comunicou-lhes que tinha um segredo para eliminar o órgão; e esse segredo era nada menos que substituir o nariz achacado por um nariz são, mas de pura natureza metafísica, isto é, inacessível aos sentidos humanos, e contudo tão verdadeiro ou ainda mais do que o cortado; cura esta praticada por ele em várias partes, e muito aceita aos físicos de Malabar. O assombro da assembleia foi imenso, e não menor a incredulidade de alguns, não digo de todos, sendo que a maioria não sabia que acreditasse, pois se lhe repugnava a metafísica do nariz, cedia entretanto à energia das palavras de Diogo Meireles, ao tom alto e convencido com que ele expôs e definiu o seu remédio. Foi então que alguns filósofos, ali presentes, um tanto envergonhados do saber de Diogo Meireles, não quiseram ficar-lhe atrás, e declararam que havia bons fundamentos para uma tal invenção, visto não ser o homem todo outra coisa mais do que um produto da idealidade transcendental; donde resultava que podia trazer, com toda a verossimilhança, um nariz metafísico, e juravam ao povo que o efeito era o mesmo. A assembleia aclamou a Diogo Meireles; e os doentes começaram de buscá-lo, em tanta cópia, que ele não tinha mãos a medir. Diogo Meireles desnarigava-os com muitíssima arte; depois estendia delicadamente os dedos a uma caixa, onde fingia ter os narizes substitutos, colhia um e aplicava-o ao lugar vazio. Os enfermos, assim curados e supridos, olhavam uns para os outros, e não viam nada no lugar do órgão cortado; mas, certos e certíssimos de que ali estava o órgão substituto, e que este era inacessível aos sentidos humanos, não se davam por defraudados, e tornavam aos seus ofícios. Nenhuma outra prova quero da eficácia da doutrina e do fruto dessa experiência, senão o fato de que todos os desnarigados de Diogo Meireles continuaram a prover-se dos mesmos lenços de assoar. O que tudo deixo relatado para glória do bonzo e benefício do mundo. (ASSIS, 2011, p. 167-168)

Ao aludir à “glória do bonzo”, o narrador aponta aquilo que, no conto, há de substancialmente mais próximo da situação atual – sem as consequências nefastas dessa última. Trata-se do citado fundamento do embuste do bonzo Pomada, cuja semelhança com a noção de ‘fatos alternativos’, proferida por uma assessora de Donald Trump por ocasião de sua posse no governo estadunidense em 2017, é irresistível.

A história de Machado também lembra o conhecido conto do século XIX de Hans Christian Andersen, intitulado A roupa nova do imperador, no qual dois vigaristas conseguem enganar toda uma cidade dizendo-se grandes tecelões de finos trajes, cujo tecido possuía a miraculosa capacidade de ser invisível a quem fosse tolo ou não estivesse preparado para ocupar o próprio cargo – o que leva todas e todos a admirar o novo e metafísico traje imperial, até que uma criança diz: “mas ele não está usando nada!”. No reino do Bungo, ao que parece, não há crianças que digam: ‘mas eles não têm narizes!’ Antes, é o contrário que acontece: a mídia, portadora e divulgadora de ‘fatos alternativos’, convence a todos e todas que as alparcas de Titané são as melhores do mundo!

A “graciosa invenção” de Diogo Meireles, todavia, conquanto proporcionasse-lhe reconhecimento tal como nas demais experiências pomadistas, teve como efeito a cura de uma moléstia que se abatia sobre os habitantes da cidade, causando-lhes deformidade e levando alguns ao suicídio. Fica clara, aqui, a distância entre a ética deste médico enganador do século XVI e a dos charlatões que estiveram à frente da gestão metafísica, no sentido machadiano, da grave crise de saúde pública que o Brasil atravessa no início da década de 2020. Substitua-se os desnarigados saudáveis de Meireles pelos que perderam a vida para o

negacionismo científico<sup>2</sup>, confiando em medicamentos ineficazes e em tratamentos precoces não autorizados pela ciência – às vezes mesmo recusando o uso de máscaras, oculadoras e protetoras de narizes, expondo e metendo assim os narizes onde não deveriam – e temos uma boa noção do arco teleológico da ética da desinformação, que se revela nos múltiplos resultados que distintas práticas desinformacionais podem produzir, conforme veremos adiante.

## OS NEGACIONISTAS DA PANDEMIA

Das 1.287 páginas do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (BRASIL, 2021), pouco mais de duzentas compõem o capítulo “Desinformação na Pandemia (*fake news*)”, que aborda a estrutura de produção e disseminação de notícias falsas listando os núcleos de atuação e sua permeabilidade junto ao aparato governamental, que escancara o uso da administração pública federal para a disseminação de *fake news*.

Sob o argumento de que “o acesso à informação precisa e confiável sobre os efetivos riscos à saúde apresentados pela covid-19 é tão importante quanto qualquer outra medida de proteção recomendada pelos órgãos de saúde” (BRASIL, 2021, p. 663), o texto do relatório conclui:

Essa disseminação de comunicações enganosas, efetuada por pessoas mal-intencionadas, em favor de interesses próprios e escusos, provoca grande confusão e induz a população a adotar comportamentos que dificultam ou mesmo impedem o correto combate à pandemia de covid-19. Portanto, a premissa fundamental da comunicação no contexto da pandemia é “informação correta salva vidas” (BRASIL, 2021, p. 619).

Com base nas apurações feitas pela CPI, que incluem a documentação de postagens em redes sociais (muitas das quais apagadas posteriormente por seus autores) e a seleção de dados capazes de demonstrar as conexões entre as contas dos envolvidos em plataformas como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp, o relatório, assinado pelos senadores Omar Aziz, Randolfé Rodrigues e Renan Calheiros, sustenta a comprovação da existência de “uma organização estruturada e dividida em núcleos para atuar na disseminação de desinformação” (BRASIL, 2021, p. 664-665). Segundo o documento, os núcleos incluiriam funções específicas que vão desde a orientação estratégica das ações realizadas, “dando-lhes diretrizes e informando-lhes prioridades de ação” (BRASIL, 2021, p. 667), passando por grupos responsáveis pelo financiamento e impulsionamento de postagens nas mídias digitais, de um lado, e pelo suporte político às decisões da organização, de outro, incentivando as pessoas “ao descumprimento das normas sanitárias impostas para conter a pandemia”, chegando a adotar “condutas de incitação ao crime” (BRASIL, 2021, p. 669). No chamado “núcleo de produção e disseminação das *fake news*”, estariam os responsáveis pela “difusão de notícias falsas ou com conteúdo que atrapalhem o tratamento da covid-19” (BRASIL, 2021, p. 673). É neste último grupo, entre políticos, influenciadores digitais e conservadores da base governista, que estariam os médicos negacionistas – os “pomadistas” da saúde pública de nosso tempo.

Se a participação de médicos na disseminação de desinformação sobre a pandemia de coronavírus deve ser científica e eticamente questionada, com o agravante desses profissionais de saúde emprestarem confiabilidade a seus discursos por conta da autoridade que gozam no campo científico, mais grave ainda é o protagonismo de um grupo de médicos<sup>3</sup> e empresários da empresa Prevent Senior – inicialmente especializada no atendimento médico a pessoas da terceira idade – no “pomadismo” do tratamento

2 No recém-lançado Dicionário dos negacionismos no Brasil, Kropf (2022, p. 201) frisa que o negacionismo científico “não deve ser visto como resultado da ignorância, mas, ao contrário, como responsável por produzi-la de modo deliberado”, definição que se alinha ao entendimento de desinformação aqui adotado.

3 Cabe deixar registrado que alguns médicos funcionários da empresa se recusaram a seguir as ordens dos patrões, a denunciaram à CPI e sofreram retaliações, como visto em Bittencourt (2021), Betim (2021) e Balza (2021).

precoce do vírus à base de medicamentos ‘metafísicos’, expediente que custou a vida de parte dos seus pacientes/clientes. A gravidade do caso fica evidente nas mais de cem páginas do capítulo do relatório da CPI exclusivamente dedicado às ações dessa empresa – não por acaso, subsequente ao capítulo sobre desinformação.

Antes de entrarmos propriamente na discussão acerca de uma ética da desinformação, consideremos, neste ponto, o debate platônico sobre ética e política em *A República*, no qual se lê o que Sócrates teria dito a Adimanto:

XXI - a verdadeira mentira é odiada não só pelos deuses, mas também pelos homens. [...] E a mentira com palavras? Quando e para quem ela é útil a ponto de não merecer ódio? Não será útil contra os inimigos e em favor daqueles a quem chamamos amigos quando, por causa de um delírio ou de uma demência, tentam praticar o mal? Nesse momento, para afastar o mal, não se torna útil como remédio? (PLATÃO, 2006, p. 82-83).

A isso segue-se a reflexão de que, “se realmente para os deuses a mentira é inútil, enquanto aos homens é útil à guisa de remédio, evidentemente tal remédio deve ser entregue a médicos e ficar fora do alcance de quem não é da profissão”; sem embargo, a partir da analogia entre médico e governante, visto como médico da pólis, conviria também a este “mentir para beneficiar a cidade, ou por causa de inimigos ou de cidadãos, mas tal recurso não deve ficar ao alcance dos demais” (PLATÃO, 2006, p. 92). Segundo Lafer (2007), tal analogia entre médico e governante se tornou “lugar-comum retórico – *topos* – da argumentação política”, legitimando a “perspectiva *ex parte principis*, com fundamento na sabedoria e no conhecimento dos governantes que podem, assim, colocar deveres para os governados” (LAFER, 2007, p. 319-320).

O personagem machadiano do médico Diogo Meireles, com a ideia dos narizes metafísicos, parece atualizar o argumento platônico de que bons médicos e bons governantes podem e devem mentir para o bem do povo. De fato, em relação ao campo da bioética, há casos em que a mentira é autorizada a médicos e profissionais de saúde para anuviar sofrimentos ou promover tratamentos benéficos a pacientes – Macedo (2020) recolhe, na literatura da bioética, termos técnicos da medicina como “mentira terapêutica”, “mentira piedosa”, “pacto do silêncio” e “privilegio terapêutico”, enquanto Lafer (2007, p. 326) cita a expressão “mentira caridosa”. Nenhum desses termos, no entanto, se aplica ao grupo de médicos da Prevent Senior denunciado na CPI da Pandemia; ao contrário, a finalidade de suas ações negacionistas e práticas desinformacionais sugere o vetor oposto ao do interesse na saúde de seus pacientes, cuja verdade a respeito da gravidade de seus estados de saúde foi ocultada por esses médicos, responsáveis, ainda, pela prescrição de curas metafísicas<sup>4</sup> que em alguns casos levaram pessoas à morte (AGÊNCIA SENADO, 2021).

É neste ponto que devemos lembrar a diferença epistemológica entre verdade/erro e a diferença ética entre verdade/mentira (AGOSTINHO, 2019; SCHNEIDER, 2013). Nesse último caso, mentir significa dizer algo para prejudicar o outro (de forma justificada ou não); o mesmo acontece no que diz respeito a dizer a verdade (epistemologicamente) e falar a verdade livremente (*parrhesia*) para tornar manifesto algo que os outros tentam esconder.

A expressão “verdadeira mentira” (*alethos pseudos*) é um oxímoro usado por Platão (2006) para caracterizar a mentira como ignorância, em oposição à mentira no sentido usual, que é dizer algo falso que pode ser útil em certas situações, circunstâncias. Essa diferença entre verdade/falsidade (ou ‘mentira verdadeira’) e verdade/mentira (com a intenção de influenciar alguém ou algo) é importante; na modernidade, a moralidade se concentra nesse último sentido (mais usual para Platão). Aquele que mente

4 Em depoimento à CPI, a advogada Bruna Morato, representante dos 12 médicos da Prevent Senior que, em cumprimento à ética médica, denunciaram as práticas escusas dos médicos negacionistas da empresa, afirma: “o que eles me explicaram foi o seguinte: existe um interesse do Ministério da Economia para que o País não pare, e, se nós entrarmos nesse sistema de *lockdown*, nós teríamos um abalo econômico muito grande, e, então, existia um plano para que as pessoas pudessem sair às ruas sem medo. [...] E essa esperança tinha um nome: hidroxicloroquina” (BRASIL, 2021, p. 897).

engana o outro, mas não necessariamente a si mesmo. Ele sabe que está dizendo uma mentira, mas a comunica como se fosse a verdade. Para Platão, essa falta “moral” é menos grave do que a de acreditar em uma mentira (CAPURRO, 2020)<sup>5</sup>.

Essa hierarquia, que dá primazia à mentira como erro sobre a mentira com objetivo prático, é deveras socrática: a mentira verdadeira seria a ignorância da verdade (ou das ideias), enquanto as outras ‘mentirinhas’ seriam menos graves. O problema, no caso do negacionismo científico da pandemia de covid-19, é que essa diferença é diluída nos meios digitais de tal forma que o que é comunicado como falso é disseminado como uma ‘mentirinha’ de forma global e massiva, de forma a se tornar cada vez mais difícil diferenciar o verdadeiro do falso.

Os pomadistas da pandemia disseram que o vírus era falso, uma ‘gripezinha’; mentiram, e agora precisam dizer que se tratava de uma ‘mentira verdadeira’, ou seja, dizer algo falso. Não se pode acreditar que com mentiras será resolvido o problema que levou à morte centenas de milhares de brasileiros.

Trazendo para o nosso tempo pandêmico a reflexão platônica sobre o uso de uma mentira o mais semelhante possível a uma verdade, o que a tornaria útil como se fosse uma espécie de medicamento, podemos pensar na vacina BionTech/Pfizer, construída artificialmente para se parecer com o coronavírus. Se pensarmos na analogia platônica governo/médico, a vacina seria uma mentira/falsificação, pois não usa o vírus em si, mas imita sua estrutura para enganá-lo, com uma função baseada no sistema de mensagens do corpo (*messenger ribonucleid acid* - mRNA). Em âmbito biológico, porém, não faz sentido falarmos em verdade/mentira – para o médico que prescreve o medicamento, para o paciente que o usa ou para o governo que o promove (ou, intencionalmente, deixa de promover).

Podemos pensar também, em uma linguagem menos presa à gramática científica, na invenção do ‘Livro de açúcar’ em 2004, que quanto mais as pessoas consomem, mais amargo se torna: o Facebook de Zuckerberg. O criador dessa montanha de açúcar digital – mais viciante do que Coca-cola, graças a seus ingredientes narcóticos protegidos por segredo de propriedade industrial, tal como a cocaína que um dia esteve na fórmula do famoso refrigerante – agora inventa um doce reino META-físico que diz ser livre de mentiras – afirmação que não resiste ao escrutínio do conteúdo desinformativo que circula (e gera lucro) em suas plataformas digitais (ZUBOFF, 2020).

Já houve outros que forjaram esses doces reinos. No início, às vezes sem juros, mas cedendo, com o tempo, à tentação de fazer negócio com essa invenção, buscando transformar uma opinião em verdade. O reino META (ou meta-reino) parece ser gratuito para todos, exceto por um pagamento com dados pessoais (BEZERRA, 2015). A apropriação desses dados pelas empresas de tecnologia, que os extraem para operar o direcionamento algorítmico de (des)informação, é um tema caro à ética da desinformação que propomos como campo de estudo.

## PROLEGÔMENOS A UM ESTUDO DA ÉTICA DA DESINFORMAÇÃO

A ética da informação é um campo de estudos que tem suas origens *stricto sensu*<sup>6</sup> na biblioteconomia, no fim dos anos 1980, problematizando temas como privacidade, censura, acesso à informação, liberdade intelectual e direitos autorais; posteriormente, ganha importância em áreas tão diversas como tecnologia, mídia, humanitarismo global e filosofia da informação (BIELBY, 2014). As pesquisas baseadas em ética da informação abarcam, entre outras, questões ligadas à ética da mídia, da biblioteca, dos computadores (ciberética) e da medicina (bioética). Nesse último caso, ela trata da informação relativa ao uso de tecnologia

5 É importante frisar que Platão não enxergava a mentira, no sentido de influenciar, como algo menor *per se* - vide sua crítica aos sofistas. Ele apenas considerava o afastamento do mundo ideal (das ideias) algo mais grave.

6 *Lato sensu*, pode-se remontar suas origens ao próprio nascimento da ética enquanto campo de investigação filosófica, ou mesmo antes, considerando as interdições do Decálogo a perjúrio e falso testemunho.

no campo da biologia e da medicina e aborda temas como aborto, doação de órgãos, eutanásia, clonagem, uso de DNA e de impressões digitais (HONGLADAROM *apud* BIELBY, 2014) e, mais recentemente, o uso de *big data* com informações pessoais (BELONI; BEZERRA, 2019).

Se a ética da informação se mostra um terreno amplo e consolidado de estudos em diferentes áreas do conhecimento (ICIE, 2020), seria possível falarmos em uma *ética da desinformação*? A ideia pode parecer absurda diante da concepção pedagógica de “informação” que, segundo a filosofia escolástica de Santo Agostinho, seria aquilo que educa e instrui – atributo posteriormente conservado pelo idioma alemão, em proximidade com o termo *bildung* (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 157). Não obstante, o entendimento de “informação” como “dar uma forma (substancial) à matéria para comunicar alguma coisa a alguém” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 158), que caracteriza a transição do uso do conceito de informação do medievo para a modernidade, nos autoriza a compreender que toda in-formação significa um risco de des-informação, bem como uma possibilidade explícita de deformar algo com o objetivo de prejudicar alguém. Logo, a ‘desinformação também informa’, no sentido de dar forma a algo, ainda que esse algo seja uma ‘deformação’ da verdade – em outras palavras, uma mentira. Neste sentido, o debate ético sobre a desinformação deve perscrutar a mentira e analisar as condições e contextos em que seu uso pode ser justificado sob um ponto de vista moral, como momento necessário de qualquer ética da informação concebível.

Entendida por Lafer (2007) como um problema político que suscita dilemas éticos, a mentira encontra sua justificativa em um pêndulo que oscila entre uma ‘ética de princípios’, a que corresponde a uma ‘ética dos deveres’, tal como vemos na obra de Kant, e uma ‘ética de fins’ que, “na ponderação entre meios e fins, legitimaria a ‘ética da responsabilidade’ sustentada por Max Weber como a ética da política”; assim, “politicamente, a plena afirmação de uma ‘ética de princípios’ significa a ‘redução total da política à moral” (LAFER, 2007, p. 324, grifos do autor).

Com efeito, a orientação kantiana (2002) de se agir de tal modo que sua máxima pessoal devesse se tornar uma lei universal tem certamente força. Porém, a ilustração bem conhecida que se encontra no opúsculo Sobre um suposto direito de mentir em defesa da humanidade (1997), conforme a qual se deveria contar a verdade a um bandido caso ele perguntasse se sabíamos onde estava escondida a sua vítima é simplesmente insustentável. O é porque parte de um pressuposto falso, que mina a ideia do imperativo categórico como um todo: o pressuposto idealista calcado no dever, indiferente ao fato de que efetivamente todos não agem assim, nem agiriam, só porque seria racional em um sentido universal abstrato, descolado da miríade de mediações concretas que compõem a vida. Em outras palavras, trata-se de uma posição indiferente às mediações particulares das circunstâncias singulares da vida, em seu apego a um universal abstrato, que parte de um homem abstrato, de um indivíduo abstraído da história das sociedades, sujeito ao conflito entre natureza e razão sem mediação sócio-histórica. No extremo oposto, teríamos a citada ética da responsabilidade, calcada nos resultados práticos da ação, problematizada por Weber em oposição à ética kantiana dos princípios (COMPARATO, 2008, p. 291-295). O problema nesse caso é que, no extremo, não existem mais parâmetros para se definir a razão pela qual tal ou qual resultado é preferível, pois não existem mais princípios universais.

Uma solução possível para essa contradição entre a ética dos princípios e a ética da responsabilidade – em que ambas possuem razão, mas uma razão insuficiente e, por isso, estão, ao mesmo tempo, certas e erradas, em si e em sua oposição – é a perspectiva dialética que confronta atos singulares concretos com princípios universais e mediações particulares. De certo modo, é a adotada por Brecht (2021) e Mandela (*apud* SCHNEIDER; BASTOS, 2021), que efetivam o argumento de Koiré (1945), segundo o qual ‘a mentira pode ser uma arma de defesa do oprimido ou, em termos gerais, um instrumento de luta social’.

Brecht contrabandeou para a Alemanha hitlerista o panfleto *As 5 dificuldades para se escrever a verdade*, cuja falsa capa ostentava o título *Manual de Primeiros Socorros*, para ludibriar a censura nazista. O título era aparentemente mentiroso, mas essencialmente e pragmaticamente verdadeiro; portanto, de maneira efetiva, podia ser assim considerado em meio à guerra infocomunicacional de então, o que fazia dele verdadeiro inclusive em termos semânticos, para quem soubesse lê-lo no contexto. Já a série de artimanhas adotadas por Mandela e seus camaradas de prisão na redação, preservação e circulação para publicação do manuscrito da autobiografia de Mandela, *Long Walk to Freedom*, redigido na prisão de Robben Island, compõem uma sequência épica de disfarces e ocultamentos da verdade em nome da verdade: redação noturna, cópias, miniaturas etc.

Santo Agostinho (2019), mais de um milênio antes desses debates e episódios, já havia situado a mentira em defesa da integridade física, própria ou alheia, como pecado menos grave do que outras modalidades, dentre as quais as mentiras factuais deliberadas que geram benefício ao mentiroso e mal ao próximo. Na escala das operações desinformativas contemporâneas, sociotecnicamente mediadas pelas redes digitais, ‘o próximo’ envolve populações inteiras e o mal, a morte. Ao fim e ao cabo, no entender de Lafer (2007), a defesa dos critérios das exceções à regra no momento da tomada da decisão sobre mentir ou não (posto que a mentira, ao contrário da verdade, requer justificação), “normalmente leva em conta uma prudente avaliação dos resultados dessas exceções, provocando, assim, uma interpenetração entre a ‘ética dos princípios’ e a ‘ética dos resultados’” (p. 325, grifos do autor) – daí nossa reiterada preocupação, alinhada à ética aristotélica, com a dimensão ‘teleológica’ da ética da desinformação.

Outro conjunto importante de reflexões agustinianas sobre o tema é de natureza epistemológica, estética e comunicacional, quando o autor distingue mentiras factuais e mal-intencionadas de metáforas e outras modalidades expressivas de se chegar à verdade, exemplificando a ideia tanto com textos sagrados quanto profanos. Para Agostinho, o recurso a metáforas, metonímias, analogias e outras figuras de linguagem alusivas não deve ser confundido com mentiras, por poderem remeter a verdades profundas, embora de modo indireto, estimulando o raciocínio e a imaginação:

[...] se chamarmos mentira a todas as metáforas e símbolos – que não podem ser tomados em seu sentido literal, mas apenas os usamos para dar sentido a outras coisas, e, portanto, devem ser entendidos em sentido alegórico – então todos [as metáforas e símbolos] seriam mentiras, o que não pode ser aceitável. Por isso, quem pensa assim tende a jogar essa calúnia sobre todas as locuções e figuras de linguagem. Então, até a mesma metáfora, isto é, a transposição de um vocábulo do seu sentido próprio para outro figurado, também teria de ser chamada de mentira. Como quando dizemos: as ondas da lavoura, as videiras [que brotam] gemas, a flor da juventude, os cabelos de neve. Sem dúvida, não encontramos ondas, gemas, flores nem neve naquelas coisas às quais nos referimos, apenas transferimos [o sentido] de outras palavras para elas, então não devem ser pensadas como mentiras. [...] Essas verdades estão ocultas, sob véus simbólicos, para excitar o espírito piedoso do investigador, e não se aviltam ao se apresentarem desnudas e evidentes. Pois ainda que as aprendamos em outros lugares, de forma aberta e manifesta por outras passagens, nesse caso, ao descobrirmos os seus mistérios, elas parecem renascer em nosso entendimento de forma doce e renovada. O fato de serem coisas obscuras não impede o estudioso de desvelá-las, ao contrário, torna-as mais interessantes, pois, por serem obscuras, instigam o desejo com mais ardor e, assim, as desvelamos com maior prazer. De qualquer maneira, essas metáforas dizem coisas verdadeiras e não falsas, pois significam coisas verdadeiras, seja em palavra ou ação: o que significam é o que elas dizem. (AGOSTINHO, 2019, p. 81-82).

Voltando à nossa era e incorporando mais um elemento ao debate, Hannah Arendt (1968) discorre sobre a distinção entre mentiras factuais e mentiras lógicas, argumentando que o primeiro tipo talvez seja o mais perigoso, pois verdades científicas e filosóficas teoricamente poderiam ser reelaboradas com menos dificuldade do que verdades históricas, no caso de testemunhos ou registros porventura se perderem ou serem eliminados. Já quando o apagamento – mediante a destruição de documentos e pessoas – e a

reescritura da verdade factual se tornam prática corrente dos poderes constituídos, temos o que a autora caracteriza como totalitarismo.

Nessa chave analítica composta, a ficção só merece ser assimilada à mentira quando empregada como recurso para a manipulação ideológica, voltada para a perpetuação da opressão de classe, de gênero, étnica, racial ou combinada. A ficção machadiana aqui analisada, no entanto, é o contrário disso, porque recorre à fantasia para revelar a verdade da mentira histórica, no movimento dialético de negação da negação: as peripécias singulares dos diversos mentirosos do conto (mentira 1) compõem, na forma de um todo ficcional (mentira 2), uma crítica social realista às particularidades do Brasil de então, permitindo, de forma alusiva, entendê-las melhor em sua efetividade histórica (verdade). Nenhum dos personagens existiu historicamente em sua singularidade concreta, mas suas particularidades sim, enquanto tipos (LUKÁCS, 1968) de charlatões elaborados em bases bastante realistas, que nos remetem ao mesmo tempo à noção universal de charlatanice. Mas o fazem tendo o particular, o típico, como ponto de chegada, o que caracteriza a boa arte realista, ainda conforme Lukács (1968), a qual tem o particular como ponto de chegada na dialética do singular e do universal, diferentemente da ciência e da filosofia, que tem o universal como ponto de chegada, em processos indutivos, ou o singular, em processos dedutivos.

## CONCLUSÃO

Chamamos atenção neste artigo para duas curiosidades do conto de Machado de Assis: o caráter relativamente inocente ou mesmo benéfico (no caso do médico Diego Meireles) das charlatanices narradas, em sua própria régua geográfica e histórica ficcional, e seu caráter antecipatório de charlatanices nacionais do presente, bem menos benéficas e inocentes, quando não o extremo contrário. Está claro que o texto machadiano apresenta diversos elementos que nos auxiliam a problematizar o que há de comum a todas as épocas e de particular em cada uma, no que diz respeito à confusão entre fato e opinião; sobretudo, aos diversos estratagemas sociotécnicos ligados ao que, em retórica, se chama prova ética, referente à credibilidade, ou melhor, aos estratagemas de produção social da credibilidade do enunciador, da fonte de informação, do mensageiro, ou *angelus*, que pode ser um *pseudangelos*, conforme diz Capurro (2020). Dentre outras considerações, em *Pseudangelia - Pseudangelos: sobre mensajes falsos y mensajeros en la antigua Grecia*, Capurro (2020) alude a alguns critérios aos quais a pólis grega recorria para determinar a credibilidade dos mensageiros: credenciais, status, testemunho ocular e interesse pessoal. Outro filósofo da informação contemporâneo que discute o grave problema das falsas autoridades cognitivas, indivíduos embusteiros que granjeiam credibilidade junto a amplos setores da população é Froehlich (2019). Em todas as práticas desinformacionais aqui referenciadas, incluindo as denunciadas pela CPI da Pandemia e nas tantas outras que habitam o seio social, para o bem e para o mal, admitindo a amplitude do arco teleológico da ética da desinformação aqui cotejada, devemos perguntar, com os gregos: quem ganha com isso?

Um dos modos com os quais o problema da desinformação contemporânea deve ser enfrentado envolve uma dupla chave analítica, principiando pela questão da credibilidade das fontes, ou seja, pela dinâmica da produção social de autoridades e pseudoautoridades cognitivas (como médicos e governantes), em articulação com o escrutínio crítico do conteúdo específico da maior parte da desinformação e dos equívocos em circulação, marcados por elementos reacionários, misóginos, racistas, homofóbicos e, no limite, neofascistas, cavalo de troia de afetos de ódio que carrega no ventre o neoliberalismo, o qual não ousa se expor. Perguntamos, com os gregos: quem ganha com isso?

O corolário disso tudo é o terraplanismo, o negacionismo científico, a desinformação ambiental, movimentos antivacina e inúmeras teorias conspiratórias, mais ou menos perigosas, que são ventiladas nas redes digitais e atraem amplo engajamento graças à suscetibilidade dos algoritmos das *big techs*, convertendo a sadia popularização da desconfiança nas autoridades, característica do pensamento moderno,

numa mistura indigesta de ceticismo ignorante, presunçoso e preguiçoso em relação às autoridades modernas – estado de direito, ciência, imprensa – com dogmatismo apaixonado em relação àquelas do tipo pós-moderno – políticos midiáticos fanfarrões, pseudointelectuais de internet, seitas mil. Perguntamos, com os gregos: quem ganha com isso?

Uma sociedade na qual o fenômeno da desinformação é normalizado precisa de uma forte dose de conhecimento e educação qualificados, ou seja, um *pharmakon* socrático, mas talvez isso não seja suficiente – especialmente porque, dada a complexidade da atual pólis global, as ‘pequenas mentiras’ de todos os tipos multiplicam-se e tornam-se ‘normais’, para o bem e para o mal. Não há soluções fáceis para um tipo de mentira ou para o outro. A desinformação contemporânea requer, portanto, uma atualização consistente e sistemática do debate em torno das dimensões éticas, políticas e epistemológicas interconectadas da dialética da verdade e da mentira. Em outras palavras, ainda que reconheçamos, por exemplo, as distinções entre mentira como falsidade deliberada ou como equívoco não intencional, ou entre verdade fatural, científica ou filosófica, ou ainda entre metáforas, metonímias, ficção, opinião, evidência etc., os extremos da má-fé ou do equívoco, de um lado, e da boa-fé ou da correspondência entre o entendimento e as coisas, de outro, não podem ser ignorados em sua oposição estrutural formal, ainda que em perspectiva histórica e intercultural, sob o risco da perda de qualquer parâmetro compartilhado de realidade. Sobre o risco dessa perda, perguntamos, com os gregos: quem ganha com isso?

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. CPI: diretor da Prevent Senior é acusado de mentir e passa à condição de investigado. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 22 set. 2021. CPis. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/22/cpi-diretor-da-prevent-senior-e-acusado-de-mentir-e-passa-a-condicao-de-investigado>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- AGOSTINHO, Santo. **Patrística: A mentira / Contra a mentira**. São Paulo: Paulus, 2019.
- ARENDDT, Hannah. Truth and politics. In: ARENDT, Hannah. **Between past and future: eight exercises in political thought**. New York: Viking Press, 1968. p. 1-19.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornhein da versão inglesa de W. D. Rosá. São Paulo: Abril, 1984. (Coleção Os Pensadores, 4).
- ASSIS, Machado de. O segredo do Bonzo. In: ASSIS, Machado de. **Papéis avulsos**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2011.
- BALZA, Guilherme. Médico da Prevent Senior relata ameaças de diretor da empresa que é ouvido pela CPI da Covid nesta quarta. **G1**, São Paulo, 22 set. 2021. São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/22/medico-da-prevent-senior-relata-ameacas-de-diretor-da-empresa-que-e-ouvido-pela-cpi-da-covid-nesta-quarta.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- BELONI, Aneli; BEZERRA, Arthur Coelho. Competência crítica em informação e ética em big data. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 21-25 out. 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123813>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BETIM, Felipe. A caçada da Prevent Senior para encontrar os 12 médicos que a transformaram em vidraça. **El País**, São Paulo, 26 set. 2021. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-26/a-cacada-promovida-pela-prevent-senior-para-encontrar-os-12-medicos-que-a-transformam-em-vidraca.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 26-30 out. 2015, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Ancib, 2015.

BIELBY, Jared. **Information Ethics I: origins and evolutions**. Edmonton, 25 jun. 2014. LinkedIn: @Jared Bielby. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/20140625225908-299816747-information-ethics-i-origins-and-evolutions>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BITTENCOURT, Julinho. Prevent Senior persegue médicos que denunciaram esquema do “kit covid”, diz advogada. **Revista Forum**, Curitiba, 27 set. 2021. Coronavírus. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/coronavirus/2021/9/27/prevent-senior-persegue-medicos-que-denunciaram-esquema-do-kit-covid-diz-advogada-103867.html>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. **Relatório final**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/fc73ab53-3220-4779-850c-f53408ecd592>. Acesso em 22 fev. 2022.

BRECHT, Bertold. Cinco dificuldades no escrever a verdade (1934). **Revista EPTIC**, Sergipe, v. 23, n. 1, p. 109-123, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/1099>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 22-26 out. 2018, Londrina. **Anais** [...]. Marília: Unesp, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>. Acesso em: 01 jun. 2022.

CAPURRO, Rafael. Pseudangelia - Pseudangelos: sobre mensajes falsos y mensajeros en la antigua Grecia. **Informatio**, Montevideu, v. 25, n. 1, p. 106-131, 2020. Disponível em: <https://informatio.fic.edu.uy/index.php/informatio/article/view/246>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOWBOR, Ladislau. Economia da comunicação. In: DOWBOR, Ladislau *et al.* (org.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 50-51.

FROEHLICH, Thomas J. Ten lessons for the age of disinformation. In: DALKIR, Kimiz; KATZ, Rebecca (ed.). Navigating fake news, alternative facts and misinformation in a post-truth world. Hershey: **IGI Global**, 2020. p. 36-88.

FROEHLICH, Thomas J. The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. **Open Information Science**, Varsóvia, v. 3, p. 115-136, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1515/opis-2019-0009>. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/opis-2019-0009/html>. Acesso em: 08 jun. 2022.

INTERNATIONAL CENTER FOR INFORMATION ETHICS (ICIE). **The Field**. Stuttgart: International Center for Information Ethics, c2020. Disponível em: <https://www.i-c-i-e.org/the-field-information-ethics>. Acesso em: 28 nov. 2020.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

KANT, Immanuel. **Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade**. Covilhã: Lusofonia.net, 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1797/mes/mentir.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

KOYRÉ, Alexandre. The political function of the modern lie. In: AMERICAN JEWISH COMMITTEE (org.) **Contemporary Jewish Record** – VIII. Nova York: American Jewish Committee, 1945. p. 290-300.

KROPF, Simone Petraglia. Negacionismo científico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 200-204.

LAFER, Celso. A mentira: um capítulo das relações entre ética e política. In: NOVAES, Adauto (org.). **Ética: vários autores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 318-335.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Fundamentos).

MACEDO, Juliana Lopes de. A mentira terapêutica e o silenciamento do idoso e do morrer. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 237-259, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.12.a>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/zh8Znw9kmSnZCDQ6fvYJ6bB/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PALPITE Infeliz. Compositor: Noel Rosa. Intérprete: Aracy de Almeida. *In*: VICTOR 34007. [S. l.]: RCA Victor, 1936. 1 disco vinil, lado A, faixa 1 (3:08 min).

SCHNEIDER, Marco. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. *In*: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 57-77.

SCHNEIDER, Marco; BASTOS, Pablo Nabarrete. Mandela and critical information literacy. *In*: BESTER, Coetzee *et al.* (org.). **Nelson Mandela: a reader on information ethics**. Auckland Park: International Center for Information Ethics, 2021. p. 133-162. Disponível em: <https://www.i-c-i-e.org/files/ugd/788aa6a19c8754f562440c810b1e8dfeb50eba.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Estrasburgo: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano da nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.